AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS NO FINAL DOS ANOS '70

Estudo de Geopolítica

A consolidação actual da tendência para a bipolarização do universo tem por consequência directa que as «boas velhas alianças» nascidas no pós-guerra e a partilha do mundo realizada em lalta são frontalmente postas em questão. Se este colocar-se em questão não é inexistente no Leste, no seio do Pacto de Varsóvia, apesar da firmeza soviética, antes pelo contrário, com mais forte razão caracteriza a Aliança Atlântica.

É de bom tom, desde há alguns meses, responsabilizar James Earl Carter, antigo ocupante da Casa Branca, pelas recentes dificuldades da Aliança. Interrogar-se sobre a posição do governo Carter face à Aliança Atlântica parece mesmo constituir, um ano após a sua queda, uma diligência tanto mais curiosa quanto a maior parte dos observadores estão convencidos que detêm a chave do problema: a passagem da «Peanut Mafia» por Washington, com efeito, ter-se-ia traduzido pura e simplesmente, como na maior parte dos assuntos, em «alterações significativas», tipo «erros, adiamentos, falhanços, incompetência». Esta maneira de ver é perfeitamente lógica entre os partidários de Reagan. Mas deparamos com esta visão maniqueísta nos textos de muitos peritos, de toda uma coorte de especialistas, desde Ladebz a Lowenkral (habitualmente em perfeito desacordo). Denise Artaud, historiadora (em conferência feita no Institut des Hautes Études de Défense Nationale, Dezembro de 1980), não é a mais terna:

«... o novo Presidente [Ronald Reagan] irá levar a cabo as quatro tarefas colocadas pelos problemas dramáticos **herdados** de Carter: travar o declínio do poderio americano; tirar o país da crise económica; restabelecer a posição diplomática e estratégica difícil dos Estados Unidos face à União Soviética; restabelecer a harmonia entre os Aliados.»

Quanto a este último ponto, Denise Artaud acrescenta ainda: «Reagan terá dificuldade em remediar num dia a situação complicada

que herdou de Carter. Com a sua ingenuidade, a sua inépcia, os seus métodos incoerentes, Carter envenenou as relações entre os Aliados e conduziu o país a reverses declarados no seio da Aliança! Toque de finados confirmado por Labeledz quando escreveu (**Commentaire**, Abril de 1981): «com Carter e a sua atitude de timidez masoquista, a realidade do declínio americano tornou-se um lugar comum».

De Nixon a Carter... ou indesmentíveis mudanças formais

Perante a Aliança Atlântica e no plano geral da política externa, a passagem de Jimmy Carter pela Casa Branca ficou indiscutivelmente marcada por:

— Uma mudança de tom e de estilo. O estilo diplomático na tradição desse bom velho Woodrow Wilson, a tradição da boa consciência e dos bons sentimentos, que pressupõe (ou parece pressupor) que a benevolência suprime o adversário, e mesmo o inimigo, são pontos de honra do Governo Carter. É o prototipo da «diplomacia aberta» que anuncia publicamente as suas intenções e se movimenta assim num terreno desfavorável em relação ao eventual adversário ou em relação aos aliados, no caso de tensões internas (cf. o exemplo da «bomba de neutrões»), estes últimos, por seu lado, escondendo cuidadosamente o seu jogo.

— Uma mudança de prioridades, pelo menos anunciada. Trata-se em especial de a questão da «defesa dos direitos do homem» ter passado para o primeiro plano das preocupações norte-americanas, vindo a força militar em segundo lugar. Questão que também tem por repercussão, pelo menos numa primeira fase, uma alteração de prioridades geográficas e a passagem da Aliança para segundo plano. Mas um tema que tem igualmente sérios limites. Um só exemplo: Em 1 de Julho de 1977, Jimmy Carter assina a «Convenção Americana sobre os Direitos do Homem» posta de pé pela Costa Rica desde 1969. O Brasil, sentindo-se directamente visado, decide como represálias imediatas renunciar ao acordo militar privilegiado de 1962 com os Estados Unidos... o que levou Carter, menos de três meses depois, a emendar a mão e a sossegar o governo brasileiro com a expressão do «seu profundo respeito pela individualidade e a soberania de todos os países da América Latina». Em missão de boa vontade, a Senhora Carter em pessoa faz uma visita de cortesia a vários chefes de Estado latino-americanos, destinada a explicar-lhes as verdadeiras intenções do seu marido. Do mesmo modo, Carter teve de abrandar o seu primeiro refrão anti-soviético (campanha dos dissidentes, mensagem a Andrei Sakharov) depois da intervenção de Leonid Brejnev perante o Congresso dos Sindicatos soviéticos.

Alguns falsos processos

1. **Sobre a política de defesa:** Nesta matéria, Carter partilhava sem dúvida os sentimentos dos seus predecessores. Partidário da integração europeia, «de uma Europa que falasse a uma só voz», o Presidente Carter **confirma o empenho** americano no Velho Continente. «A segurança europeia é um elemento indispensável da segurança dos Estados Unidos», declarou Carter em 13 de Maio de 1977, três dias depois da reunião cimeira da Aliança Atlântica em Londres... em Londres, onde quis fazer simbolicamente a sua primeira viagem oficial ao estrangeiro, para sublinhar o lugar da Europa na doutrina estratégica americana. Jimmy Carter acreditava profundamente, com Zbigniew Brezinski, no **sistema trilateral** (América do Norte, Europa Ocidental, Japão), em que os Estados Unidos se encontrariam ao lado de um anão militar, o arquipélago nipónico, e de uma Comunidade Europeia cujos membros jamais se entenderam sobre a natureza exacta dos seus interesses comuns. Paralelamente, o Presidente americano **confirma o conceito operacional** em vigor desde 1967, «um conceito que assenta no poderio conferido à Aliança por uma tríade equilibrada de forças clássicas, nucleares de teatro e estratégicas, cuja missão é dissuadir a agressão e, se a dissuasão falhar, sobreviver e vencer». Para ter em conta os caracteres geopolíticos do teatro, este conceito concede à «defesa da frente» o valor de dogma que lhe atribuem nomeadamente os alemães orientais (um conceito singularmente actualizado pela «dupla decisão» da NATO de 12 de Dezembro de 1979).

2. **Sobre os créditos militares.** As estatísticas relativas aos créditos militares são, como sabemos, «mais perigosas que um campo minado», com mais forte razão se forem comparadas a noções tão ambíguas como o Produto Nacional Bruto. Dito isto, a tese comumente aceite consiste em considerar o período Carter como uma era de acentuado declínio do esforço militar americano. Na realidade, o esforço de defesa representou 42,2 % do orçamento nacional em 1969 (8,1 % do PNB), no apogeu do conflito vietnamita... contra 23,8 % do orçamento nacional (e 5,4 % do PNB) em 1976. Foi no decurso deste período que se iniciou a redução das despesas... mas foi também neste período que esse declínio foi mais marcado. Em dados constantes, as despesas militares americanas tinham ultrapassado o cabo dos 100 biliões de dólares em 1969, para caírem até aos 63 biliões em 1976... e voltarem a subir até 70 biliões de dólares em 1980. Foi Jimmy Carter quem fez a primeira recuperação da década. O orçamento de defesa passou deste modo de 23,8 % para 24,7 % do orçamento nacional em 1977 e para cerca de 26 % em 1979 (em percentagem do PNB: 5,7 %, 6,1 % e 6,3 %).

Os factores fundamentais. Dificuldades e crises

O período Carter constitui efectivamente, e é o mínimo que se pode dizer, **um período de modo algum isento de dificuldades e de crises**. Com Carter, pôde escrever Yves Laulan: «as tensões existentes no seio da Aliança Atlântica multiplicam-se e tendem para a crise». Laulan alude a toda uma série de desacordos persistentes entre Washington e os aliados: é decerto o caso da «colocação em estudo da bomba de radiação reforçada», abandonada por Carter em 1978; é o caso de Teerão e das sanções económicas contra o Irão, depois a invasão do Afeganistão, é a (relativa) frieza dos Aliados quanto à proposta de boicote dos Jogos Olímpicos de Moscovo; são as dificuldades encontradas pelo projecto de implantação dos mísseis de médio alcance. Analisemos mais em pormenor estes dois últimos exemplos.

Quanto à intervenção soviética no Afeganistão, o Ocidente tinha duas grandes respostas possíveis: tomar medidas para reforçar as suas posições ameaçadas... ou «punir» os soviéticos, de qualquer maneira. O primeiro método não suscitava objecções entre os principais parceiros da Aliança Atlântica. Os membros europeus da Aliança condenaram a atitude soviética e disseram claramente não à moratória proposta nessa altura. A segunda fórmula era preconizada pelo campo republicano e foi retomada pela plataforma eleitoral de Ronald Reagan. Carter hesitou desajeitadamente entre as duas hipóteses. Começou por proclamar violentamente o princípio moralizante da punição (deixando instantaneamente adormecido, através de Cyrus Vance, a ratificação dos Acordos SALT), mas, consciente de correr o risco de uma corrida aos armamentos ainda mais frenética, declarou, quase imediatamente, ser «partidário da negociação... depois de um intervalo de tempo relativamente decente»!

Notemos, entre parêntesis, que esta intervenção da União Soviética no Afeganistão constitui também, paradoxalmente, um exemplo muito significativo do reforço da **hegemonia dos blocos**. No caso presente, a URSS «protegeu» as suas repúblicas da agitação revolucionária que sacudia então o Irão e ameaçava a zona-tampão do Afeganistão. Ao mesmo tempo, forneceu um pretexto que permitiu aos responsáveis da «República Islâmica do Irão» voltar às fileiras em relação ao imperialismo americano, em nome do Islão contra o «comunismo aliado». Mas permitiu igualmente a Carter obter aquilo que não conseguia sozinho há meses: alcançar, como já referimos anteriormente, um sensível aumento do orçamento de defesa que pudesse provocar um «relançamento» da economia americana... e novos benefícios para os fornecedores de armamentos, do complexo militar-industrial, uma restabilização do sistema político dos Estados Unidos, profundamente abalados pelos acontecimentos do Vietnam e

depois pelo caso Watergate, e a reconstituição de uma segunda linha de defesa no Médio e no Extremo Oriente.

Deste modo, contrariamente ao alarde sabiamente orquestrado de ambos os lados, a entrada das tropas soviéticas no Afeganistão foi antes do mais uma operação clássica de estabilização do **status quo!**

Sobre os mísseis de médio alcance e a «**dupla decisão**» da **NATO**: efectivamente, as polémicas não faltaram entre 1977 e 1979. Recordemos em primeiro lugar — e não se trata de meros detalhes — que a instalação dos primeiros mísseis soviéticos SS-20 já vem da Primavera de 1975. Em Agosto desse ano, o Comité Militar da NATO envia uma nota de informação sobre esse tema a todos os governos da Aliança. Aparentemente, nenhum deles manifestou qualquer reacção... Dois anos mais tarde, é o chanceler Helmut Schmidt quem levanta o problema (em 28 de Outubro de 1977, numa Conferência feita no Instituto de Estudos Estratégicos de Londres). Mas o governo Carter, como o recordará Walter Schutze em Maio de 1981, mostra-se «surpreendido e desorientado». O chanceler «teria aberto esse dossier num momento inoportuno». Inoportuno para quem? Para a Aliança... ou para os Estados Unidos? Teriam estes últimos o desejo de não prejudicar brutalmente as negociações SALT, então em curso?

Mas, em Outubro do mesmo ano, é o próprio Jimmy Carter quem, em Bari, faz a dupla proposta de instalação de sistemas LRTNF na Europa:

— instalação de Pershing II;

— instalação de mísseis de cruzeiro a que os Aliados, a título de curiosidade, chamam «Ground Launched Cruise Missils» e os americanos «German Launched Cruise Missils»... Uma ambiguidade do vocabulário que revela bem as intenções reais e os objectivos dos americanos...

A 12 de Dezembro de 1979, no seguimento do encontro de Janeiro, em Guadalupe, e das trabalhosas discussões de Abril, na Florida, a NATO adopta então a sua já célebre «dupla decisão»:

— por um lado, a NATO pede aos EUA que produzam os dois sistemas LRTNF acima evocados;

— por outro lado, propõe à União Soviética abrir simultaneamente negociações com vista a limitar os arsenais estratégicos... uma vez ratificados os SALT II pelo Senado Americano.

Que eventuais «lições» se podem tirar deste exemplo?

— a iniciativa veio indesmentivelmente — pelo menos oficialmente — do «exterior»;

— as tensões e as dificuldades internas revelam fragilidade da Aliança, dando os americanos a impressão de raciocinarem primeiro que tudo como americanos... antes de pensarem na Europa Ocidental. Mas esta atitude não é de modo algum inédita.

A «crise» da Aliança Atlântica não é na realidade um facto contemporâneo do período Carter.

Recordemos, com autores como Youcheson, por exemplo, as «grandes constantes da crise» da história da Aliança Atlântica:

a) sempre houve no seu seio autênticos debates acerca da sua própria **natureza** e sobre a **intensidade da ameaça soviética**... uma questão no mínimo capital no que se refere ao fundamento histórico da NATO: «uma aliança militar estabelecida com vista a prevenir a agressão ou a repeli-la se ela se verificar».

Será a ameaça soviética mais política que militar? Estará a abrandar no momento actual? Ou, pelo contrário, torna-se mais grave? Os movimentos soviéticos ilustram uma estratégia de tipo tradicional, isto é, defensiva, ou tendem a sublinhar um vector francamente ofensivo? Todos estes problemas não tiveram, bem longe disso, respostas homogêneas, e muito menos unânimes, entre os parceiros da Aliança.

b) Nunca ninguém recolocou seriamente em causa o postulado «a Europa Ocidental não é capaz de se defender sozinha». E, quando Jimmy Carter chegou à Casa Branca, «não foi encontrado nenhum substituto aceitável ao empenhamento americano». Por outras palavras, a presença militar americana, que serve simultaneamente para concretizar o empenhamento americano na Europa e para ligá-la ao seu arsenal estratégico permaneceu o elemento determinante nas relações Estados Unidos-Europa Ocidental em matéria de segurança.

c) Deste modo, verificou-se no seio da Aliança um debate muitas vezes acalorado sobre a repartição dos esforços e dos créditos da defesa da Europa — eis um corolário pelo menos parcial; os americanos manobraram, com uma grande constância até 1976, a arma da sua indelével influência sobre os aliados para os levar a fazer sempre mais e mais. O que variou, em contrapartida, foi a forma deste «fazer sempre mais e mais». A prova está, por exemplo, nas espectaculares dissenções acerca do reembolso das despesas de estacionamento das tropas americanas na República Federal da Alemanha, no período de Nixon, quando o deficit da balança de pagamentos americana se tornou assunto de controvérsia, com a adopção da emenda Jackson Nunn, que subordinava a manutenção das tropas ao montante das compensações consentidas. Tudo isto era apoiado pelo argumento clássico: «para que a opinião americana continue a apoiar a NATO, os europeus têm de provar que fazem esforços comparáveis aos dos Estados Unidos».

d) A ambiguidade sobre os interesses da NATO: nem os interesses funcionais nem os interesses regionais da Aliança foram definidos com grande precisão, o que constitui tanto um factor como uma fonte de dificuldade por vezes sérias. Os exemplos não faltam, em todos os campos: «conflito» entre os generais De Gaulle e

Eisenhower em 1958-1959 (De Gaulle desejava um estabelecimento de mandato global para a Aliança Atlântica e a criação de um Directório França-Grã-Bretanha-Estados Unidos, no que obteve uma recusa seca do presidente americano); crise de 1965-1966; «guerra da galinha», guerra do Kippur (que suscitou importantes tensões entre os membros da Aliança, recusando a maioria aos Estados Unidos a autorização para reabastecer em carburante a partir das bases europeias os seus transportes aéreos destinados a Israel).

No domínio estritamente «regional», a saída da França da organização militar integrada, o problema de Malta, da Islândia, de Portugal, da Grécia e da Turquia a propósito de Chipre contribuíram também para essas dissensões.

e) Mas a constante mais constante refere-se decididamente às **dúvidas** expressas pelos membros europeus da Aliança acerca das garantias americanas (e secundariamente canadianas), dúvidas que decorrem naturalmente do estado de dependência dos europeus.

Três grandes motivos de inquietação vêm frequentemente a lume:

- os riscos de uma retirada das tropas americanas;
- a não-intervenção das forças americanas num eventual conflito limitado no solo europeu;
- o sacrifício dos interesses europeus em benefício dos interesses estritamente norte-americanos.

Quanto à presença americana na Europa: para a República Federal da Alemanha, a predominância militar dos Estados Unidos, que representa a última fonte de influência americana no seio da Aliança, serve para atenuar as diferenças entre as suas capacidades militares e as dos franceses; para estes, a presença americana permite controlar... os alemães; para os britânicos, os americanos servem de contrapeso quer aos alemães quer aos franceses!

O segundo ponto levanta inocentemente o problema do próprio sistema de defesa americano. A nosso ver, o terceiro tem pelo menos o mérito de colocar de frente o verdadeiro problema: abandonariam os Estados Unidos os seus aliados europeus para estar em melhores condições de lidar com o seu adversário soviético? Esta questão introduz directamente a hipótese-chave do mundo contemporâneo: os factores **internos** da comunidade norte-americana, por um lado, e os factores de tipo **planetário**, por outro, não predominarão amplamente sobre as preocupações estritas à escala da Aliança Atlântica?

A trilogia dos factores internos

Três grandes factores internos norte-americanos nos parecem predominantes nesta matéria:

1. O «**novo estado de espírito**» da opinião pública no decorrer do período imediato ao pós-guerra do Vietnam, que o governo Carter herdou. A crise de consciência suscitada pelo conflito no Sudeste Asiático, e exarcebada pelo episódio Watergate, arrastou consigo um verdadeiro recolocar em questão dos deveres morais e da missão que incumbiam tradicionalmente à Grande América. Carter, tal como Nixon e Ford, revelou-se definitivamente incapaz de constituir um apoio sólido a um novo consenso sobre política externa, tanto no seio do Congresso como perante a opinião pública americana. Estes problemas, por outro lado, diminuíram a capacidade de Carter em resistir à pressão soviética e em apoiar os seus aliados (de que é testemunho o caso da ajuda militar à Turquia), e a União Soviética pôde deste modo julgar-se susceptível de negligenciar as reacções dos Estados Unidos.

2. O papel do «**complexo militar-industrial**» e os seus quatro pilares de base: o Departamento da Defesa (com uma estrutura muito compósita... e com interesses internos por vezes contraditórios); as instituições universitárias; as indústrias de armamento... e o Congresso. Os fornecedores das forças armadas, por exemplo, aproveitaram-se amplamente, sob Richard Nixon e Gerald Ford, das encomendas feitas, afinal, durante a famosa «passagem da economia de guerra à economia de paz». Os «Big Five», em particular, controlaram uma parte ainda maior das encomendas militares — sem falar dos sucedâneos no campo civil.

Quanto ao Congresso, é cada vez mais afectado pelo processo, já completamente oficializado, do **lobbyism**. Os membros do Senado e da Câmara dos Representantes podem, por outro lado, ter um papel-chave, embora pontual, no domínio da defesa e da política externa. Os seus interesses regionais podem não ser sempre coincidentes com os próprios imperativos americanos. Com Carter, as tensões (clássicas) entre o Capitólio e a Casa Branca multiplicaram-se tanto mais facilmente quanto, na sua preocupação de introduzir um elemento moral e purificador, o Presidente nunca recebeu, em quatro anos de Casa Branca, um presidente de comissão do Congresso!

3. Os **problemas de ordem económica** são múltiplos, desde a inflação às questões energéticas. Um exemplo marcante reside no problema dos recursos alimentares e do **agribusiness**. Os Estados Unidos asseguram cerca de 50 % do mercado mundial de cereais (mais de 60 %, com o Canadá). No futuro próximo, o bloco dos Estados de economia socialista, com a União Soviética à cabeça, deverá continuar numa situação de dependência nos abastecimentos. Em 1980, a União Soviética, primeiro cliente cerealífero dos Estados Unidos, recebeu mais de 30 % das exportações americanas!

«A agricultura é uma arma; é um dos nossos principais instrumentos de negociações», declarava, já em 1976, o secretário de Estado da Agricultura, Earl Butz.

Um estudo de 1978 da Central Intelligence Agency acerca das consequências possíveis da evolução da produção alimentar mostrava que a agricultura podia conferir aos Estados Unidos uma excepcional influência política e económica a médio prazo. Citemos, por exemplo: «Se houvesse uma boa colheita simultaneamente na URSS e nos Estados Unidos, isso provocaria, em função das actuais estruturas comerciais, uma baixa de rendimento do agricultor americano. O contribuinte deveria financiar mais directamente do que hoje o deficit da balança. Aumentaria o desemprego nas empresas de máquinas agrícolas e de adubos, assim como no sector da transformação, do transporte e da comercialização dos produtos alimentares. Através do ciclo 'gado-cereais forrageiros', as dificuldades estritamente ce-realíferas propagar-se-iam aos outros domínios...».

Em resumo, não pertence talvez apenas ao domínio da mais imaginativa ficção geopolítica considerar que o complexo agro-alimentar pode ter um papel-chave nas futuras relações bilaterais dos supergrandes.

Os factores planetários

1. **A evolução recente dos armamentos nucleares** é a questão do duplo processo da **precisão** e da **miniaturização** dessas armas, com uma série de consequências fundamentais no plano da vulnerabilidade (todos os armamentos fixos clássicos da NATO são agora vulneráveis), da doutrina da dissuasão, do controle dos armamentos. Mas a mais importante atinge directamente o domínio chave da geopolítica: **o campo das alianças militares**.

Com o nuclear miniaturizado a tender para a invulnerabilidade, a sua utilização só é concebível para assegurar a defesa dos interesses vitais da nação. A ameaça da sua utilização por uma nação será dificilmente crível se for brandida com outro objectivo que não seja a defesa do próprio território, particularmente a defesa de uma nação vizinha, no quadro de uma aliança militar integrando a arma atómica.

É a questão colocada por Kahn e Wiener (**As Possibilidades das Guerras Nucleares**) na sua análise: não haverá uma flagrante contradição entre o desejo de proteger os interesses vitais e os enormes riscos aceites por uma coligação? Coligação e ameaça nuclear parecem mesmo ser dois conceitos antinómicos.

E se o general Beaufre (**A NATO e a Europa**) escrevia que «a defesa de um país europeu é indissociável da defesa dos Estados vizinhos, porque os espaços geopolíticos se retraíram consideravelmente; já em 1940 a França foi vencida e atravessada em menos

de um mês; amanhã, para um país da extensão da França, com a acção combinada das colunas mecanizadas e do transporte aéreo, não seria preciso mais de uma semana», já o general Gallois, que transcreve esta citação, ironiza: «Uma semanal O general Beaufre enganou-se em meio século!».

A Aliança Atlântica, produto do pós-guerra imediato, estaria deste modo caduca na era dos mísseis nucleares.

2. Os progressos da estratégia soviética: No decurso da última década, acarretaram uma perda real e mais marcada ainda da credibilidade dos Estados Unidos aos olhos dos Aliados quanto à sua capacidade de apoio. Este tema comporta diversos aspectos:

— O equilíbrio nuclear actualiza, pelo menos indirectamente, alguns dos postulados do falecido Sir Halford McKinder, nomeadamente a respeito do papel estratégico principal das «regiões da periferia», como a franja dos continentes euro-asiáticos e da península africana. Um dos objectivos permanentes dos Estados Unidos, a «potência marítima», continua a ser a expulsão da URSS, a «potência continental», da dita periferia. Ora, nos últimos anos, não faltam exemplos de «moderação» americana, se não mesmo de franco recuo. E, como recorda pertinentemente Colin Gray, «por que razão viriam os Estados Unidos em socorro dos seus amigos ingleses, por exemplo, quando toleram a violação dos acordos de Paris pelos vietnamitas?».

— A capacidade de resposta americana foi sucessivamente abalada, primeiro no domínio convencional, depois no domínio estratégico nuclear. Por isso, a protecção concedida sem desfalecimento durante os últimos 25 anos não é hoje tão evidente como no passado.

— Convirá aqui notar, além disso, o papel original da República Federal da Alemanha e a escalada do **neutralismo**... Mas um neutralismo singularmente diferente do que se verifica no início dos anos '70. É a confiança nos Estados Unidos que se deteriora; trata-se, pelo menos na sua origem, de um neutralismo pessimista, baseado na ideia de que a protecção americana já não é crível ou (pior!) que ela hoje poderá mesmo «atrair o raio ou a aventura».

Em Outubro de 1978, os jornalistas do **Washington Post** revelaram um aspecto interessante de um relatório da CIA: a opção fundamental de Carter no que respeita à defesa europeia previa o abandono de uma parte do território da República Federal da Alemanha em caso de agressão soviética. Ainda estamos à espera de um desmentido oficial!

A Aliança Atlântica assentava sobre um «contrato», pelo menos tácito: a troca de um serviço económico por um serviço político-militar. Os aliados aceitaram, durante 30 anos, financiar o deficit da balança de pagamentos americana. (Entre 1950 e 1970, os Estados Unidos consagraram à sua defesa cerca de 1300 biliões de

dólares, e a Europa entre 300 e 350!) com a redução da postura de defesa, concebem-se facilmente as dificuldades com que os americanos depararam nos anos '70...

Uma visão, por superficial que seja, da última presidência americana e da evolução das relações entre os Estados Unidos e a Aliança Atlântica, não deixa, em definitivo, de provocar uma sensação dupla:

— Num mundo em que se multiplicam tanto os conflitos localizados como as tentativas de emancipação da ordem bipolar criada em lalta, confrontada com a aventura nuclear, o tema da bipolarização está longe de ser ultrapassado. Pôr em causa certas vantagens adquiridas voltou a dar aos dois supergrandes o gosto da superioridade e leva-os, hoje em dia, a meter medo, juntos, para tirarem daí vantagens.

— À escala da Aliança Atlântica, o período Carter constituiu, de uma forma por vezes original, uma fase de demonstração significativa do estado de obsolescência da Aliança. Entre 1976 e 1980, altura em que os Estados Unidos se mostraram mais que nunca zelosos dos seus próprios interesses, contribuindo para reforçar o condomínio de facto que caracteriza o campo das relações internacionais, os aliados europeus da NATO persistiriam em querer garantir a sua segurança com meios cada vez mais inadequados.

Numa época de uma Europa Comunitária problemática, não será esta a demonstração pelo absurdo da necessidade de negociar, trinta anos após o seu acto de baptismo, os próprios termos da Aliança Atlântica?